

O Exército Brasileiro e a Diplomacia de Defesa: Cooperação e Estabilidade no Cone Sul

DOI: [10.29327/2283050.14.4-2](https://doi.org/10.29327/2283050.14.4-2)

Thiago Britto de Albuquerque¹

Resumo

O presente artigo visa descrever os intercâmbios realizados pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e suas contribuições para a Diplomacia de Defesa. Para isso, buscou-se compreender conceitos básicos de Diplomacia e de Cooperação Militar, bem como relacionar os intercâmbios no âmbito da ECEME com os conceitos supracitados. A revisão de literatura e a coleta de dados foram delimitadas temporalmente entre os anos de 2012 e 2022, considerando os documentos de defesa como a Política Nacional de Defesa e a Estratégia Nacional de Defesa. A delimitação espacial escolhida contemplou as cooperações estabelecidas entre os países do Cone Sul, devido ao contexto geopolítico da região. Espera-se, com isso, estabelecer uma relação entre as cooperações de defesa, diplomacia e estabilidade regional.

Palavras-chave: Diplomacia de Defesa, Cone Sul, Cooperação Militar.

Brazilian Army and defense diplomacy: the brazilian army's foreign activities in the Southern Cone

Abstract

This article aims to trace the integration process of the Brazilian Army with the Southern Cone armies, identifying plausible conditions for this phenomenon. It searches for understanding why the Defense of these countries keep being integrated. A literature review was conducted to support the main concepts about Defense Diplomacy and political stability in the Southern Cone. The time frame (2011-2022) considered the beginning of the literature on National Defense Policy and National Defense Strategy. The Southern Cone was chosen owing to the fact it is geopolitical context. It is expected to strengthen research on Militaries Cooperation, Diplomacy and regional stability.

Keywords: Defense Diplomacy, Southern Cone, Military Cooperation.

Ejército brasileño y diplomacia de defensa: las actividades exteriores del ejército brasileño en el cono sur

Resumen

Este artículo tiene como objetivo describir los intercambios realizados por la Escuela de Comando y Estado Mayor del Ejército (ECEME) y sus aportes a la Diplomacia de Defensa. Para ello se buscó comprender conceptos básicos de Diplomacia y Cooperación Militar, así como relacionar los intercambios en el ámbito de ECEME con los conceptos antes mencionados. La revisión de la literatura y la recolección de datos se delimitaron temporalmente entre los años 2012 y 2022, considerando documentos de defensa como la Política de Defensa Nacional y la Estrategia de Defensa Nacional. La delimitación espacial elegida consideró la cooperación establecida entre los países del Cono Sur, debido al contexto geopolítico de la región. Se espera que esto establezca una relación entre la cooperación en defensa, la diplomacia y la estabilidad regional.

Palabras clave: Diplomacia de Defensa, Cono Sur, Cooperación militar.

¹ Assessor Militar do Brasil junto às Forças de Defesa do Timor-Leste (2019), Mestrando dos Estudos da Paz e da Guerra do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares - Instituto Meira Mattos / ECEME.

Introdução

A Diplomacia do Brasil acompanha a história do país, sendo conduzida como uma atividade de Estado, orientada pelos Objetivos Nacionais Permanentes e com base nos fundamentos do artigo 4º da Constituição Federal de 1988. É de competência privativa do Poder Executivo Federal, cabendo ao Legislativo Federal, dentre outras tarefas, a aprovação de tratados internacionais e de embaixadores designados pelo Presidente da República (Brasil, 1988).

Nesse sentido, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) é o órgão do poder executivo responsável pelo assessoramento do Presidente da República na formulação, desempenho e acompanhamento das relações do Brasil com outros países e organismos internacionais. Embora seja uma atividade tipicamente de Estado, é conduzida pelo Governo, o qual define as prioridades e a forma de atuação do país no cenário internacional.

Então, pode-se inferir que as Relações Internacionais (RI) brasileiras são tradicionalmente conduzidas por pessoas e entidades tipicamente responsáveis pela Política Externa Brasileira (PEB). No entanto, há outros elementos e instituições que contribuem com essa atividade por meio da paradiplomacia, como o Ministério da Defesa (MD) (Senhoras, 2012, p. 23).

No MD, a paradiplomacia é uma ação executada em diversas instituições. Em particular, no âmbito do Exército brasileiro (EB), a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) é uma dessas entidades que conduz a formação dos oficiais de Estado-maior e participa das RI por meio de intercâmbios com nações amigas, recebendo alunos e instrutores de vários países, além de possuir instrutores brasileiros que realizaram cursos de Estado-Maior no exterior.

Nesse íterim, o presente artigo visa descrever como os intercâmbios realizados pela ECEME têm contribuído para a Diplomacia de Defesa. Para isso, faz-se necessário compreender conceitos básicos de Diplomacia e Paradiplomacia e os conceitos de estabilidade regional e de cooperação militar, relacionando os principais agentes envolvidos nas ações diplomáticas militares no âmbito do Exército e suas ações/responsabilidades.

A principal fonte de informação para a pesquisa bibliográfica sobre os intercâmbios foi o Laboratório Internacional Militar da ECEME, que coordena as atividades dos Oficiais Instrutores de Nações Amigas (OINA) e dos Oficiais de Revista de Geopolítica, v. 14, nº 4, p. 1-14, out.-dez. 2023. DOI: [10.29327/2283050.14.4-2](https://doi.org/10.29327/2283050.14.4-2)

Nações Amigas (ONA). Constituiu-se na principal fonte primária de informações sobre números de OINA e ONA face à relevância e fidelidade das informações. Outro documento importante para a pesquisa foi a Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional (DAEBAI), que regula os procedimentos e define as prioridades para o planejamento, à preparação, à execução e à análise das atividades a serem desenvolvidas no âmbito internacional (Brasil, 2020b).

A tradição teórica utilizada como prisma para a análise das cooperações militares foi a grociana. Segundo Reinaldo Dias:

[...]descreve as relações internacionais em termos de **sociedade internacional**, sustenta - se opondo à tradição hobbesiana - que os Estados não estão em luta contínua, pois **existem regras comuns e instituições que limitam e evitam a eclosão de conflitos**. Por outro lado, admite - se opondo à tradição kantiana - que os membros principais da sociedade internacional são os Estados antes dos indivíduos (Dias, 2010, p. 18, grifo nosso).

Ainda na definição da lente que balizará os conceitos utilizados neste trabalho, empregou-se o paradigma da Escola Inglesa, intermediário entre as teorias idealista e realista, que “compartilha com o realismo o papel protagonizado pelo Estado e o conceito de anarquia, ao qual incorpora elementos do idealismo” (Dias, 2010, p. 30). À luz da tradição grociana e do paradigma da Escola Inglesa, serão apresentados a seguir os principais conceitos utilizados neste trabalho.

Conceitos básicos de Política Externa

A PEB baseia sua postura na cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (Brasil, 1988). Esse comportamento é traduzido em documentos que condicionam o mais alto nível de planejamento das ações governamentais, dentre eles a Política Nacional de Defesa (PND). Nela, o país defende uma Ordem Internacional baseada na Democracia, no multilateralismo e na cooperação (Brasil, 2016b). Assim, pode-se inferir que o Brasil adota uma postura cooperativa na solução das controvérsias, no respeito às normas do Direito Internacional e nos instrumentos para a solução pacífica das controvérsias na condução de sua Política Externa.

A Estratégia Nacional de Defesa (END), por sua vez, é o documento que visa cumprir os objetivos e as ações estabelecidas na PND, por meio de diretrizes estratégicas para incrementar a participação brasileira no cenário internacional,

fomentando o apoio do Brasil em ações que promovam a ampliação da projeção do país no concerto mundial e que reafirmam o seu compromisso com a defesa da paz e com a cooperação entre os povos:

São Objetivos Nacionais de Defesa:

VII. Contribuir para a **estabilidade regional** e para a paz e a segurança internacionais.

Refere-se à participação do Brasil nos mecanismos de resolução de controvérsias no âmbito dos organismos internacionais, complementada pelas relações com toda a comunidade mundial, na busca de **confiança mútua, pela colaboração nos interesses comuns e pela cooperação em assuntos de Segurança e Defesa.**

VIII. Incrementar a projeção do Brasil no concerto das Nações e sua inserção em processos decisórios internacionais.

Caracteriza-se pelas ações no sentido de incrementar a participação do Brasil em organismos e fóruns internacionais, em operações internacionais e **na cooperação com outros países**, visando a auferir maior influência nas decisões em questões globais. (Brasil, 2016b, p.25, grifo nosso)

Percebe-se que há um alinhamento bem definido entre as Políticas Externa e de Defesa. Conforme o Livro Branco de Defesa Nacional:

As políticas externa e de defesa são **complementares e indissociáveis**. A manutenção da **estabilidade regional** e a construção de um ambiente internacional mais **cooperativo**, de grande interesse para o Brasil, serão favorecidos pela ação conjunta dos Ministérios da Defesa (MD) e das Relações Exteriores (MRE) (Brasil, 2012, p.49, grifo nosso).

O relacionamento intrínseco entre a PEB e a PND permite uma interpretação mais ampla sobre quais atores estatais brasileiros podem participar de atividades correlatas aos objetivos internacionais do Brasil. Segundo Bull (1995), a Diplomacia se caracteriza pelas relações internacionais entre Estados e outras entidades que agem na política internacional por meio de atores que são agentes oficiais e que utilizam meios pacíficos. Nesse mesmo viés, Watson (1982), traz que Diplomacia é definida pelo encadeamento de diálogos e negociações pelas quais os Estados atuam no concerto das nações a fim de atingir os seus objetivos por meios de não guerra.

O emprego da estrutura de defesa como instrumento de inserção internacional do Brasil é uma das formas de diplomacia mais atuantes e um ativo de excelência para a projeção internacional do país (Júnior, 2015; Silva, 2015).

Ainda acerca das definições conceituais para o melhor entendimento desse artigo, a atuação do Ministério da Defesa como agente oficial do Estado no cenário

internacional pode ser definida como Paradiplomacia. Segundo Senhoras (2012), a paradiplomacia pode ser definida como a participação de atores oficiais na realização de ações no cenário internacional para promover vantagens organizacionais, seja por meio de negociações, acordos e cooperações, que ocorrem paralelamente à atuação da alçada diplomática dos Estados Nacionais.

Outra definição relevante para o presente estudo é a de Diplomacia de Defesa. Esta possui uma natureza não coercitiva e contempla o emprego de todos os recursos de defesa, tangíveis e intangíveis, para a realização de atividades diplomáticas (Silva, 2014).

Já Paradiplomacia conceitua-se como a atuação mais abrangente de atores na consecução de objetivos nacionais, englobando meios além do Poder Militar. Em conformidade com Plessis (2008), o que diferencia a Diplomacia de Defesa da Diplomacia Militar é que a primeira “transcende o uso de meios militares no modo político como um adjunto à diplomacia, mas constitui o uso de meios militares no modo diplomático como uma forma distinta de diplomacia”.

Outro conceito importante é o de Diplomacia Militar. Este vem a ser o relacionamento dos Estados por meio dos militares, em tempos de paz, para atingir objetivos da política externa. (Cottey et. al, 2004) (Willard, 2006) (Singh, 2011). Ainda nesse sentido, Castro (2021), aduz que “de modo geral a literatura disponível em diversos países define a diplomacia militar como a interação entre os Estados por meio de seus militares com o emprego ativo do poder militar a serviço do interesse nacional, tendo a intenção de influenciar os pensamentos e ações dos tomadores de decisão estrangeiros, auxiliando as políticas externas desses Estados ao dissipar a hostilidade entre eles”.

O EB, coerente com os autores supracitados e por meio da Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro para Atividades na Área Internacional, caracteriza a Diplomacia Militar como “o rol de atividades desenvolvidas pelos militares em prol da Política Externa do País, visa a promover intercâmbios e cooperações, construindo relações de confiança mútua, com a finalidade de colaborar com a capacitação do pessoal, a segurança, o desenvolvimento, a estabilidade regional e a paz mundial” (BRASIL, 2020a, p. 3).

Assim, pode-se inferir que à luz dos conceitos supracitados que a Diplomacia de Defesa e a Diplomacia Militar adotam o uso do Poder Militar, de forma pacífica, para a consecução dos objetivos da Política Externa, sendo a primeira mais

Revista de Geopolítica, v. 14, nº 4, p. 1-14, out.-dez. 2023. DOI: [10.29327/2283050.14.4-2](https://doi.org/10.29327/2283050.14.4-2)

abrangente do que a segunda. Nesse mesmo viés, infere-se ainda que a Diplomacia de Defesa possui uma capacidade de lidar com aspectos e tarefas mais amplas, que vão além de questões da dimensão técnico-militares, como questões de ajuda humanitária e desenvolvimento nacional. (Silva, 2014).

Conforme Davis (1996), o uso da expressão “Diplomacia Militar” foi preponderante até o término da Guerra-Fria, tendo sido utilizado por alguns autores como sinônimo de relações militares entre países, significando a cooperação no campo militar. Já “Diplomacia de Defesa” passou a ser usado, principalmente, após a Guerra-Fria, normalmente relacionado com a ideia já analisada de uma forma de diplomacia mais abrangente. Dessa forma, este artigo baseará a sua linha argumentativa tendo como referência o conceito de Diplomacia de Defesa já apresentado.

Estabilidade regional e Cone Sul

Uma das premissas da PEB é a promoção da integração do subcontinente sul-americano. Isso se traduz nos documentos oficiais do Estado brasileiro, como a PND e a END, que tratam a América do Sul como o ambiente regional que constitui parte de seu entorno estratégico e em que o Brasil deve buscar aprofundar seus laços de cooperação (Brasil, 2016b).

A cooperação entre os países tem por objetivo estabelecer laços de confiança entre os países e ao desenvolvimento de um ambiente regional pacífico e estável. Segundo a END (Brasil, 2016b), no âmbito regional, a ausência de graves conflitos e a convergência de interesses poderão contribuir para o incremento da cooperação entre os países Sul-americanos. Isso permitirá a consolidação da confiança mútua e a execução de projetos de defesa, visando, dentre outros, ao desenvolvimento de capacidades tecnológicas e industriais, além de estratégias para a solução de problemas comuns.

A intenção do Estado brasileiro em promover um entorno estratégico estável e pacífico se traduz no Objetivos Nacionais de Defesa IV e V (Brasil, 2016b). Estes se referem à participação do Brasil nos mecanismos de resolução de controvérsias no âmbito dos organismos internacionais, complementada pelas relações com toda a comunidade mundial, na busca de confiança mútua, pela colaboração nos interesses comuns e pela cooperação em assuntos de Segurança e Defesa. Nesse ínterim, a Diplomacia de Defesa surge como um possível elemento de construção de diálogo

entre os Estados, favorecendo para a criação de um ambiente de segurança favorável (Castro, 2021).

A definição do espaço deste artigo remete-se aos países formadores do Bloco Sul-Americano, fundamentada pela Teoria do Quaterno (Maфра, 2006). De acordo com essa divisão, Brasil, Argentina, Chile e Uruguai e Paraguai formariam um conjunto de nações relevantes economicamente na América Latina.

O contexto sul-americano, devido à construção de seu processo histórico-cultural peculiar, constitui-se de um cenário heterogêneo, no qual países podem viver em situação de conflito ou de cooperação (Buzan e Waever, 2003). A transição de um estado de inimizade para um quadro de maior estabilidade regional perpassa pela aproximação do Brasil e da Argentina e na resolução das questões fronteiriças do subcontinente sul-americano. Essa cooperação entre os países possibilitou a aproximação com os demais países da região, como o Paraguai, o Uruguai e a Bolívia. (Buzan e Waever, 2003).

Outro ponto que merece destaque é a análise das transições de governos de orientação mais conservadora ou mais progressista. Este estudo se limitou ao recorte temporal entre os anos de 2012 e 2022. Percebe-se que houve uma grande alternância de governos de diferentes posicionamentos políticos entre os países na região, de cunho ideológico distintos e influenciando a postura dos governos em relação à sua Política Exterior.

A figura 1 ilustra a variação política dos países no entorno do Brasil nos últimos dez anos.

Figura 1: Líderes e posicionamento político na América do Sul, a partir de 2011

Líderes e posicionamento político

	2011	2016	2020
Argentina	Cristina Kirchner ESQUERDA	Mauricio Macri CENTRO-DIREITA	Alberto Fernández ESQUERDA
Bolívia	Evo Morales ESQUERDA	Evo Morales EXTREMA-ESQUERDA	Jeanine Añez* DIREITA
Brasil	Dilma Rousseff ESQUERDA	Michel Temer CENTRO	Jair Bolsonaro DIREITA
Chile	Sebastián Piñera CENTRO-DIREITA	Michelle Bachelet CENTRO-ESQUERDA	Sebastián Piñera CENTRO-DIREITA
Colômbia	Juan Manuel Santos CENTRO	Juan Manuel Santos CENTRO	Iván Duque DIREITA
Equador	Rafael Correa ESQUERDA	Rafael Correa ESQUERDA	Lenín Moreno CENTRO
Guiana	Donald Ramotar ESQUERDA	David Granger CENTRO-ESQUERDA	David Granger CENTRO-ESQUERDA
Paraguai	Fernando Lugo ESQUERDA	Horacio Cartes CENTRO-DIREITA	Mario Abdo Benítez DIREITA
Peru	Olanta Humalla ESQUERDA	Pedro Pablo Kuczynski CENTRO-DIREITA	Martín Vizcarra CENTRO
Suriname	Dési Bouterse ESQUERDA	Dési Bouterse ESQUERDA	Dési Bouterse ESQUERDA
Uruguai	Jose Mujica ESQUERDA	Tabaré Vázquez ESQUERDA	Luis Lacalle Pou CENTRO-DIREITA
Venezuela	Hugo Chávez EXTREMA-ESQUERDA	Nicolás Maduro EXTREMA-ESQUERDA	Nicolás Maduro EXTREMA-ESQUERDA

*Governo Interino. Novas eleições devem ocorrer até abril de 2020

Fonte: Gazeta do Povo, 2023 (Disponível em: <https://infograficos.gazetadopovo.com.br/mundo/esquerda-e-direita-na-america-do-sul/>)

RELAÇÕES MILITARES DO BRASIL COM OS PAÍSES DO CONE SUL

No Exército Brasileiro, cabe ao Estado-Maior do Exército (EME) na coordenação das atividades internacionais. O documento que regula os procedimentos e define as prioridades pertinentes ao EME no que tange ao planejamento, à preparação, à execução e à análise das atividades a serem desenvolvidas no âmbito internacional é a DAEBAI. Este documento ainda reforça o papel da Diplomacia Militar na promoção de intercâmbios e cooperações que visem colaborar com a capacitação do pessoal, a segurança, o desenvolvimento, a estabilidade regional e a paz mundial, atividades essas que favorecem a Política Externa do Brasil (Brasil, 2020a).

A DAEBAI baliza as ações e os planejamentos de todos os participantes do EB nas atividades direcionadas à área internacional, o que inclui o envolvimento dos Órgãos de Assistência Direta e Imediata (OADI), do Órgão de Direção Operacional (ODOp), dos Órgãos de Direção Setorial (ODS) e dos Comandos Militares de Área (C Mil A).

Conforme a Diretriz, a participação desses atores na Diplomacia Militar visa a troca de experiências e conhecimentos para estudo e planejamento de temas de

interesses comuns nas áreas de pessoal, inteligência, operações, logística e outras julgadas pertinentes entre os exércitos e que afetam diretamente o controle e a segurança, particularmente na faixa de fronteira. Para isso, são desenvolvidas algumas atividades como ações regionais nas áreas fronteiriças, visitas de chefes militares no âmbito regional, participação de militares em celebrações cívico-militares e competições desportivas militares.

Dessa forma, verifica-se o envolvimento de diversos atores na Diplomacia de Defesa no âmbito do Exército, a partir da execução de uma série de ações. Essas atividades incluem missões permanentes no exterior junto às representações diplomáticas, organizações militares de ensino ou instrução, organismos internacionais e comissões; conferências e reuniões, bilaterais ou multilaterais; cursos, estágios, seminários e visitas, tanto de militares brasileiros no exterior quanto de autoridades e militares estrangeiros no Brasil; intercâmbios militares diversos; exercícios/treinamentos em conjunto com tropas estrangeiras no Brasil e no exterior; gestões para compra e venda de Produtos de Defesa (PRODE), seus componentes e matérias primas; e assinatura de entendimentos, convênios, termos aditivos, arranjos técnicos, instrumentos de parceria, cartas de intenção e documentos afins (Brasil, 2016a).

Com o propósito de facilitar a análise dessas atividades com os três países em estudo, seguiu-se a categorização proposta por Studart (2019) (Tabela 1).

Este trabalho delimitou as pesquisas nas atividades de intercâmbio técnico-doutrinário e de assessorias técnicas e intercâmbios e, para fins de estudo, foi realizado o levantamento de Oficiais Instrutores de Nações Amigas e Oficiais de Nações Amigas da Argentina, do Chile, do Paraguai e do Uruguai que estiveram na ECEME no período de 2012 a 2021.

Tabela 1: Atividades da Diplomacia Militar

Representações Permanentes	<ul style="list-style-type: none"> • junto a missões diplomáticas • junto a organismos internacionais • organizações militares e escolas
Foruns e reuniões bi e multilaterais	<ul style="list-style-type: none"> • preparatórias para eventos e exercícios • de coordenação de intensões e parcerias • grupos técnicos e de acordos internacionais
Intercâmbios Técnico-doutrinários	<ul style="list-style-type: none"> • trocas de alunos e instrutores • Assessorias técnicas e intercâmbios
Congressos Científicos e Visitas Técnicas	<ul style="list-style-type: none"> • congressos científicos • feiras e encontros internacionais
Atividades Operacionais	<ul style="list-style-type: none"> • treinamentos/exercícios com tropas estrangeiras no Brasil ou no exterior
Comemorações, competições e visitas protocolares	<ul style="list-style-type: none"> • participação em competições esportivas • visitas e participação em comemorações
Ap Técnico e Missões de Paz e Humanitárias	<ul style="list-style-type: none"> • participação em missões de paz da ONU • participação em missões humanitárias • apoio técnico
Compra e venda de PRODE	<ul style="list-style-type: none"> • gestões para a compra e venda de PRODE • participação de grupos técnicos
Convênios e acordos	<ul style="list-style-type: none"> • assinatura de entendimentos, convênios, aditivos, arranjos técnicos, parcerias, cartas de intenção, etc.

Fonte: Studart, 2019.

Intercâmbios da ECEME com os países do Cone Sul

A ECEME é um dos Estabelecimento de Ensino do EB, cuja missão é preparar oficiais superiores para o exercício de funções de Estado-Maior, Comando, Chefia, Direção e de Assessoramento aos mais elevados escalões da Força Terrestre. Além disso, coopera com os órgãos de Direção Geral e Setorial no desenvolvimento da Doutrina Militar para o preparo e o emprego da Força Terrestre (ECEME, 2023).

Os principais cursos da ECEME são o Curso de Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPEAEx), o Curso Internacional de Estudos Estratégicos (CIEE), o Curso de Altos Estudos Militares (CAEM) e os cursos do Programa de Pós-graduação em Ciências Militares conduzidos pelo Instituto Meira Mattos. Nesses cursos, há a participação de OINA e ONA da América, Europa, Ásia e África, cuja convivência com os oficiais brasileiros proporciona a troca de experiências profissionais e enriquecimento cultural (ECEME, 2023).

O CAEM para os ONA tem o nome de Curso Comando e Estado-Maior para Oficiais de Nações Amigas e tem como objetivos capacitar oficiais de nações amigas ao exercício de cargos e funções de estado-maior, realizar intercâmbio de

conhecimentos com oficiais de nações amigas já possuidores de curso de estado-maior e estreitar os laços de amizade com os países representados (ECEME, 2023).

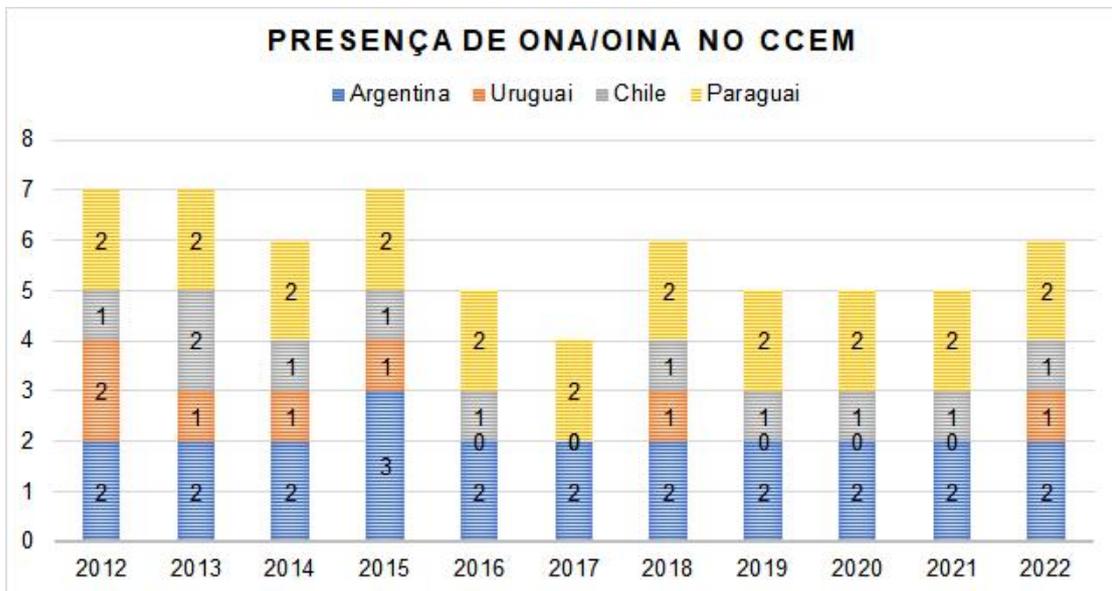
Figura 2: ONA em curso da ECEME



Fonte: ECEME, 2023 (<Disponível em: <https://www.eceme.eb.mil.br/noticias-eceme-m-pt/1655-cgsc-23>>)

O Gráfico 1 demonstra a presença de Oficiais de Nações Amigas na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, no período 2012-2022.

Gráfico 1 - Presença de ONA/OINA no CCEM



Fonte: Autores, 2023.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A Figura 1 mostra que houve alternância entre presidentes de extrema esquerda, esquerda, centro-esquerda, centro-direita e direita, no Cone Sul, desde 2011. Já o gráfico 1 demonstra que os intercâmbios de alunos e instrutores entre as Escolas de Estado-Maior do Brasil com os países do Cone Sul se mantiveram constantes.

Os resultados apresentados pelo Gráfico 1 - Presença de ONA/OINA no CCEM estão em consonância com a literatura vigente acerca da condução de uma Diplomacia de Defesa por meio das Instituições de Estado. A presença de Oficiais de Nações Amigas na Escola de Comando e Estado-Maior está coerente com o pressuposto previsto na DAEBAL e ratifica que o Exército Brasileiro, em prol da Política Externa, participa da construção de relações de confiança mútua, por meio do intercâmbio de pessoal e, assim, contribui para a estabilidade regional.

Os resultados verificados por meio da Figura 1 - Líderes e Posicionamento Político (Gazeta, 2022), demonstram que as variações políticas de cada país do Cone Sul ocorreram de maneira diferente. Em regra, os países passaram por alternâncias de poder, marcadas por manifestações populares, polarização política da sociedade e discussões sobre possíveis reformas políticas.

Esses fatos confirmam o ambiente heterogêneo descrito por Buzan e Waevar (2013) no Cone Sul. Embora cada país oriente sua política externa de acordo com o governo em vigor e que existam mudanças governamentais que afetam a condução da política externa, a Diplomacia de Defesa tem permitido a manutenção de vínculos de confiança mútuos entre os Estados. Esses vínculos são estabelecidos por meio de atividades de cooperação e intercâmbio entre as Forças Armadas dos países.

Considerações Finais

A ECEME é uma instituição de ensino do Exército Brasileiro que participa de intercâmbios técnico-militares. Recebe em seu corpo discente e docente militares de outros países para troca de experiências e de ensino. A presença de alunos e instrutores estrangeiros favorece a divulgação da doutrina e do conhecimento das Forças Armadas brasileiras para os demais países e o estabelecimento de laços de amizade e de confiança mútua entre as Instituições, o que contribui para a Diplomacia de Defesa e fortalece o poder de dissuasão do Brasil perante a comunidade nacional.

O caráter regular em que os intercâmbios entre a ECEME e os militares de outros países ocorrem nos permite concluir que há uma boa relação entre os Ministérios da Defesa dos países do Cone Sul, independente da alternância política dos governos da região, uma vez que as Forças Armadas são instituições de Estado e não de Governo.

Infere-se também que a alternância política não tem impactado a PND, a END e, conseqüentemente, a DAEBAI, o que demonstra a importância de uma boa governança em termos de relações militares com outros países. Isso também revela a interação permanente entre os Exércitos do Cone Sul, denotando uma confiança mútua entre as instituições.

Verifica-se a necessidade de se expandir essa pesquisa para as demais áreas previstas na DAEBAI, haja vista que os ONA e OINA da ECEME representam apenas uma pequena amostra do universo de militares que participam da Diplomacia de Defesa.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988**. Brasília-DF: Diário Oficial, 1988.

_____. _____. **Diretriz para a participação dos OADI, ODOP, ODS e C Mil A na Diplomacia Militar (EB20-D-05.007)**. Brasília-DF, 2020a.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. **Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional**. Brasília-DF, 2016a.

_____. _____. _____. **Diretriz para as Atividades do Exército Brasileiro na Área Internacional**. Brasília-DF, 2020b.

_____. _____. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília-DF. Disponível em <www.defesa.gov.br/arquivos/2012/mes07/lbdn.pdf>. Acesso em 26 ABR 2022.

_____. _____. **Política Nacional de Defesa – Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília-DF, 2016b.

BULL, Hedley. **The anarchical society: a study of order in world politics**. 2.ed. New York: Columbia University Press, 1995

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and Powers: the structure of International Security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CASTRO, Lucas Amorim Poyares. **A diplomacia militar como um instrumento da política externa brasileira: estudo da superação da rivalidade brasileiro-argentina na crise de Itaipu**. Rio de Janeiro-RJ: ECEME, 2021.

COTTEY, Andrew; FOSTER, Anthony. **Reshaping defense diplomacy: new roles for military cooperation and assistance**. Adelphy Papers n. 365. Oxford: Oxford University Press, 2004.

DAVIS, Sonny B. **A brotherhood of arms: Brazil-United States military relations 1945-1977**. Colorado: University Press of Colorado, 1996.

DIAS, Reinaldo. **Relações Internacionais: Introdução ao estudo da Sociedade Internacional Global**. São Paulo: Editora Ática, 2010.

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. **Objetivos**. Disponível em: <https://www.eceme.eb.mil.br/caem-m-pt/objetivos-m-pt>. Acesso em 28 de novembro de 2023.

JUNIOR, Anatólio dos Santos. **A contribuição da participação do Brasil em Operações de Paz nas Relações Internacionais**. Rio de Janeiro-RJ: ECEME, 2015.

MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. **Geopolítica: Introdução ao Estudo**. São Paulo: Ed. Sicurezza, 2006.

PLESSIS, du Anton. **Defense Diplomacy: Conceptual and Practical Dimensions with Specific Reference to South Africa**. Strategic Review for Southern Africa. Pretoria: NOV, 2008

SENHORAS, Eloi Martins. **Paradiplomacia militar e seu impacto cooperativo na regionalização da segurança na América do Sul**. Sítio Mundorama, 2012.

SILVA, Antonio Ruy de Almeida. **A Diplomacia de Defesa na Política Internacional**. v. 21, n. 2, p. 179 - 202. Rio de Janeiro-RJ: Escola de Guerra Naval, 2015.

SILVA, Antonio Ruy de Almeida. **A Diplomacia de Defesa na Sociedade Internacional. Tese (Doutorado)** – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

SINGH, Prashant Kumar. **China's Military Diplomacy**. Strategic Analysis. Vol. 35, No. 5, September 2011, 793-818, Institute for Defense Studies and Analyses. New Delhi, 2011.

STUDART, Álvaro Vasconcelos. **O SOLDADO ALÉM DA GUERRA: AÇÕES DO EXÉRCITO NA DIPLOMACIA DE DEFESA BRASILEIRA A PARTIR DE 2005**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro-RJ, ECEME, 2019.

WATSON, Adams. **Diplomacy: the dialogue between states**. London: Methuen, 1982.

WILLARD, James E. Military. **Diplomacy: An Essential Tool of Foreign Policy at the Theater Strategic Level**. Monograph – School of Advanced Military Studies, United States Command and General Staff College, Kansas, 2006.

Recebido em 28.11.2023.

Publicado em 29.12.2023.